



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, tendo por finalidade assegurar a eficiente aplicação dos recursos públicos e a continuidade das políticas públicas de proteção e bem-estar animal e a adequada execução das atividades desenvolvidas pelo Centro de Acolhimento e Tratamento Animal – CATA.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A necessidade da aquisição está diretamente vinculada à missão institucional do Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA), entidade legalmente instituída no Município de Dois Vizinhos-PR por meio da Lei Municipal nº 2132/2017.

A demanda consiste na aquisição contínua e parcelada de rações secas e úmidas para cães (adultos e filhotes) e gatos, com a finalidade de assegurar a alimentação básica, regular e nutricionalmente adequada dos aproximadamente 30 animais atualmente abrigados, garantindo condições mínimas de saúde, bem estar e manutenção das atividades da unidade.

A ausência do fornecimento das rações para alimentação dos animais compromete a continuidade do serviço público essencial de proteção e tratamento animal, violando o dever Institucional de guarda do Município e expondo os animais a riscos nutricionais e sanitários e epidemiológicos.

A alimentação adequada e de qualidade constitui requisito mínimo operacional para o funcionamento do CATA, sendo indispensável à preservação da saúde animal, à prevenção de enfermidades e ao controle de zoonoses, além de impactar diretamente a segurança sanitária da coletividade.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA. (Art. 18, § 1º, Inciso V)



O levantamento considerou as três principais alternativas logísticas e operacionais para o fornecimento de alimentação ao Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA):

Alternativa 1

Produção de Ração *In Loco* (Cozinha Própria)

Essa solução consiste na aquisição, pelo Município, de ingredientes brutos, com preparo diário das dietas em cozinha própria, utilizando estrutura física, equipamentos e servidores designados para essa finalidade.

Vantagens:

- Maior controle sobre a composição nutricional das dietas, permitindo ajustes conforme a necessidade dos animais;
- Possibilidade de utilização de insumos locais, incentivando a economia regional;
- Flexibilidade na elaboração dos cardápios conforme disponibilidade de ingredientes;
- Redução da dependência de fornecedores externos em situações emergenciais;
- Potencial redução de custos diretos com insumos, a longo prazo.

Desvantagens:

- Necessidade de investimento inicial elevado em infraestrutura, equipamentos e adequações sanitárias;
- Demanda por profissionais capacitados (nutricionista/veterinário e manipuladores de alimentos);
- Maior risco de falhas sanitárias e nutricionais caso não haja rigoroso controle técnico;
- Dificuldade de padronização da qualidade e do valor nutricional das dietas;
- Aumento dos custos operacionais com mão de obra, energia, água e manutenção;



- Menor vida útil do alimento produzido, exigindo preparo diário e logística constante;
- Possibilidade de desperdício em função de sobras ou variações de consumo.

Alternativa 2

Doações ou parcerias eventuais com entidades privadas

Solução consiste no recebimento de rações por meio de doações de entidades sob forma de convênios/parcerias.

Vantagens:

- redução pontual de custos.

Desvantagens:

- solução instável, imprevisível, insuficiente para garantir a alimentação regular dos animais e incompatível com a continuidade do serviço público.

Alternativa 3

Aquisição de Ração Pronta (industrializada)

Consiste na realização de procedimento licitatório para contratação de fornecedor especializado, com fornecimento de ração industrializada balanceada, com entregas programadas conforme a demanda do Município.

Vantagens:

- Produto nutricionalmente balanceado, com formulação padronizada e certificação sanitária;
- Maior segurança alimentar e menor risco de contaminação;
- Facilidade de armazenamento e controle de estoque;
- Redução da necessidade de estrutura e mão de obra para preparo;
- Padronização da qualidade e da aceitação pelos animais;
- Logística simplificada, com fornecimento parcelado conforme necessidade;



- Maior previsibilidade orçamentária.

Desvantagens:

- Dependência de fornecedores externos;
- Menor flexibilidade para ajustes específicos de formulação;
- Possível variação de preços em função do mercado;
- Necessidade de fiscalização rigorosa quanto à qualidade e prazo de validade;
- Custo unitário, em regra, superior ao da produção própria quando comparado apenas ao valor do insumo.

Análise Comparativa e Justificativa da Escolha

A avaliação das alternativas foi realizada com base nos critérios de Viabilidade Operacional, Risco Sanitário, Economia e Risco Logístico.

Após análise técnica, verifica-se que a alternativa 3, contratação por meio de processo licitatório com fornecimento parcelado, é a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, pois ela assegura a continuidade do fornecimento alimentar aos animais, o melhor relação custo-benefício por meio da competição entre fornecedores, o atendimento aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, a redução de riscos de desabastecimento, além do maior controle da qualidade dos produtos adquiridos.

Dessa forma, a solução adotada consiste na realização de procedimento licitatório para aquisição parcelada de rações secas e úmidas para cães e gatos, garantindo a manutenção das atividades do CATA e a efetividade das políticas públicas de proteção animal.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (X) O objeto dessa contratação enquadra-se como atividades permitidas, sendo compatíveis com o regime de tributação do Simples Nacional.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?



Sim (X)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (X)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto deste estudo.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Após análise da Ata de Registro de Preços 020/2025 gerenciada pelo município Pontal do Araguaia/MT, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE RAÇÕES E INSUMOS DE NUTRIÇÃO ANIMAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ANIMAIS, PEIXES, CACHORROS E GATOS, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA-MT, conclui-se pela inviabilidade de adesão, pelos motivos:

- A demanda por ração para cães e gatos apresenta características próprias, relacionadas às condições de saúde, idade, porte e manejo dos animais atendidos, exigindo especificações técnicas detalhadas e ajustadas à realidade local;
- A referida Ata não contempla todos os itens, necessários para atender a demanda do município; e
- A contratação direta por meio de procedimento próprio possibilita maior controle sobre os padrões mínimos de qualidade, composição nutricional, prazo de validade e forma de acondicionamento da ração, aspectos essenciais para assegurar o bem-estar dos animais sob responsabilidade do ente público.

3. Justificativa para o parcelamento ou não da aquisição (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A presente contratação será realizada de forma parcelada, com fornecimento e entregas programadas conforme a demanda do Município.

Tal decisão fundamenta-se, especialmente, no fato de que o Município não dispõe de local apropriado para armazenamento em grandes quantidades, o que poderia comprometer



a qualidade, a integridade e a validade do produto, além de aumentar o risco de perdas e desperdícios, além disso:

- O objeto consiste em bem de consumo contínuo, com necessidade de abastecimento regular para garantir a alimentação ininterrupta dos animais;
- O armazenamento em grandes quantidades pode comprometer a qualidade do produto em razão do prazo de validade e das condições de estocagem;
- A entrega parcelada reduz riscos de perdas, vencimentos e desperdícios;
- Possibilita melhor controle de estoque e fiscalização da qualidade dos lotes recebidos;
- Mantém a competitividade do certame, permitindo a participação de empresas de menor porte.

Dessa forma, o parcelamento da aquisição atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, sustentabilidade e interesse público, revelando-se a forma mais adequada para a execução do objeto.

Neste caso o item terá seu fornecimento parcelado em cotas.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

A estimativa de quantitativos foi elaborada com base no número médio de animais atualmente abrigados no Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA), aproximadamente 30 (trinta) animais, bem como na taxa média de consumo considerando um período de 12 (doze) meses, de forma a garantir a alimentação contínua e regular dos animais durante todo o exercício contratual.

Tal metodologia permite assegurar o adequado planejamento da contratação, evitando tanto o desabastecimento quanto a aquisição em excesso, sendo necessário para cumprir a demanda, aproximadamente 2250 sacos de ração.

Item	Descrição	UN	Qtde
1	RAÇÃO SECA PARA CÃES ADULTOS TIPO 1 Tipo de Consumo: Cão Adulto Raças Médias e Grandes; Dosagem Máxima Umidade: 12 %; Dosagem Máxima Matéria Mineral: 10 %; Dosagem Máxima Cálcio: 2 %;	UN	800



	Dosagem Mínima Proteína Bruta: 24 %; Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 10 %; Dosagem Mínima Fósforo: 0,8 %; Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 4 %; Saco com 20 kg.		
2	RAÇÃO SECA PARA CÃES ADULTOS TIPO 2 Tipo de Consumo: Cão Adulto Raças Pequenas/Pequenas e Minis; Dosagem Máxima Umidade: 12 %; Dosagem Máxima Matéria Mineral: 10 %; Dosagem Máxima Cálcio: 2 %; Dosagem Mínima Proteína Bruta: 24 %; Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 10 %; Dosagem Mínima Fósforo: 0,8 %; Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 4 %; Saco com 20 kg.	UN	200
3	RAÇÃO SECA PARA CÃES FILHOTES Tipo de Consumo: Cão Filhote Até 8 Meses; Dosagem Máxima Umidade: 10 %; Dosagem Máxima Matéria Mineral: 9 %; Dosagem Máxima Cálcio: 2 %; Dosagem Mínima Proteína Bruta: 28 %; Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 9,50 %; Dosagem Mínima Fósforo: 0,8 %; Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 4 %; Características adicionais: zinco > 90 mg/kg; Saco com 20 kg.	UN	200
4	RAÇÃO SECA PARA GATOS Tipo de Consumo: Gato Adulto; Dosagem Máxima Umidade: 10 %; Dosagem Máxima Matéria Mineral: 8,5 %; Dosagem Máxima Cálcio: 1,8 %; Dosagem Mínima Proteína Bruta: 31 %; Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 9,00 %; Dosagem Mínima Fósforo: 0,8 %; Características adicionais: Fósforo Mínimo >1%, Metionina >0,60%, Lisina >0,80%; Saco com 20 kg.	UN	50
5	RAÇÃO UMIDA PARA CÃES Tipo de Consumo: Cão Adulto; Dosagem Máxima Umidade: 84 %; Dosagem Máxima Matéria Mineral: 3 %; Dosagem Máxima Cálcio: 2 %; Dosagem Mínima Proteína Bruta: 8 %; Dosagem Mínima Extrato Etéreo: 3 %; Dosagem Mínima Fósforo: 0,8 %; Dosagem Máxima Matéria Fibrosa: 2 %; Características adicionais: Cálcio entre 0,15 a 0,5%; fósforo entre 0,1% a 0,4; Embalagem de 100g.	UN	1000
TOTAL			2.250

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado total desta contratação é de R\$ 237.750,00 (Duzentos e trinta e sete mil e setecentos e cinquenta reais).



Metodologia de Obtenção dos Valores

Os valores unitários de referência foram obtidos por pesquisa de mercado ou atualizados a partir de processos licitatórios anteriores com seus devidos reajustes inflacionários.

- **Condicionantes:** Os valores estimados incluem todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, lucros e despesas de entrega (*frete*) no local definido (CATA/Canil Municipal de Dois Vizinhos-PR).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

Abaixo, a seção de Análise de Riscos de forma objetiva, focada na aquisição de rações:

Risco Identificado	Causa Potencial	Impacto (Consequência)	Medida de Tratamento (Mitigação)
R1. Ruptura de Estoque	Demora excessiva na tramitação processual ou atraso na entrega após a emissão da Ordem de Fornecimento (OF).	Falta de alimentação para os animais, colocando em risco sua vida e a continuidade do serviço essencial.	Prioridade Máxima na tramitação do processo e estabelecimento de prazo rigoroso de entrega no TR, com previsão de penalidades.
R2. Qualidade Não Conforme	Fornecedor entrega ração de qualidade inferior (<i>Standard</i>) ou com data de fabricação antiga.	Prejuízo nutricional, doenças nos animais e desperdício de recurso público.	Laudo Técnico/Certificação (MAPA) no TR, além de validade mínima de 6 meses no momento da entrega.



R3. Não Aceitação da Ata	Descontinuidade do fornecedor/ Interrupção do Fornecimento	Necessidade de realizar nova licitação, gerando atraso e risco de desabastecimento (R1).	Previsão de penalidades contratuais severas (multas e impedimento de licitar) no TR/Edital, para desencorajar a participação de fornecedores aventureiros.
R4. Insuficiência Orçamentária	Falta de recurso específico para emissão das Ordens de Fornecimento (OFs).	Paralisação das compras e desabastecimento (R1).	Acompanhamento e controle rigoroso do saldo do saldo orçamentário específico da Secretaria de Agricultura/CATA.

A análise de riscos identificou quatro ameaças principais, sendo a Ruptura de Estoque (R1) e a Qualidade Não Conforme (R2) as de maior impacto operacional e social para o CATA.

Entretanto, as medidas de tratamento propostas — que incluem o estabelecimento de prazos de entrega curtos, a exigência de certificações técnicas (MAPA) e a aplicação de penalidades contratuais robustas no Termo de Referência/Edital — demonstram que todos os riscos identificados são gerenciáveis e mitigáveis.

Portanto, a implementação dessas medidas de mitigação no Termo de Referência confere ao processo a segurança necessária, validando a viabilidade da contratação e justificando o prosseguimento da fase de planejamento.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)



A solução escolhida para atender à demanda de alimentação do CATA consiste na aquisição de rações comerciais prontas, para cães e gatos em diversas fases da vida e necessidades nutricionais, consiste na aquisição na forma de Pregão Eletrônico, garantindo ampla concorrência entre os licitantes, possibilitando maior economia para o município.

A contratação será realizada mediante licitação por itens, permitindo maior competitividade, e terá como critério de julgamento o Menor Preço por Item.

Esta solução é a mais vantajosa, pois:

1. **Tecnicamente Viável:** Elimina a necessidade de infraestrutura e mão de obra especializada para produção *in loco*.
2. **Financeiramente Vantajosa:** Evita o desembolso total e imediato (R\$ 237. 750,00), otimizando o fluxo de caixa municipal.
3. **Logística Adequada:** Reduz o risco de perecimento de estoque, adequando as entregas à capacidade de armazenamento do Canil.

A solução de aquisição de rações comerciais prontas, de forma parcelada é a mais vantajosa para a Administração Pública, pois otimiza a logística de estocagem do CATA, mitiga o risco de perecimento de alimentos e alinha-se ao princípio da economicidade, permitindo a aquisição sob demanda.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Licença Sanitária em plena validade, expedida pelo órgão competente, comprovando que a empresa atende às normas sanitárias aplicáveis à comercialização e armazenamento de alimentos destinados a animais;
Registro dos produtos no órgão competente, quando aplicável, ou comprovação de dispensa, conforme legislação específica;
- b) Declaração de que o produto atende às especificações técnicas e nutricionais exigidas no Termo de Referência;
- c) Laudos ou fichas técnicas dos produtos, contendo composição nutricional, prazo de validade e orientações de armazenamento.
- d) Comprovação de capacidade técnica, por meio de atestado(s) de fornecimento compatível com o objeto da contratação.



A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a entregar os produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, de acordo com as nossas necessidades, quem deve definir quais necessidades são essas é o solicitante do serviço ou produto, ou seja, é necessário entender a necessidade e por mais obvio que possa parecer, precisa estar escrito como se espera que o produto chegue ao destino final.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos,



fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

☐ SIM

☒ NÃO

9. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS E ECONÔMICAS (Art. 18, § 1º, Inciso IX)

A exigência de qualificação técnica e econômico-financeira em licitações serve para garantir que os licitantes tenham a capacidade de cumprir o contrato com sucesso, protegendo os interesses da administração pública e assegurando a qualidade do serviço ou produto contratado.

Qualificação Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

Tal requisito contribui para a redução de riscos relacionados a atrasos, fornecimento de produtos fora das especificações, falhas logísticas e não conformidades sanitárias, preservando a continuidade do serviço público e o bem-estar dos animais atendidos

A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:



Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Essa verificação é essencial para minimizar riscos de inadimplência, paralisação do fornecimento, descumprimento contratual ou até mesmo insolvência da contratada, situações que poderiam comprometer a continuidade da alimentação dos animais e gerar prejuízos à Administração.

Dessa forma, a análise econômico-financeira assegura que a empresa contratada detenha condições reais de cumprir suas obrigações financeiras, incluindo pagamento de fornecedores, encargos trabalhistas e tributos, garantindo a regularidade da execução do contrato e a proteção do interesse público.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;



Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

10.1. Avaliação dos Impactos Ambientais Negativos

Os impactos ambientais negativos primários desta contratação estão associados à fase pós-consumo do produto:

Impacto	Descrição e Causa	Ação de Mitigação no TR
Geração de Resíduos Sólidos	O volume anual estimado de 1.250 sacos plásticos (20/25kg) das rações secas, exige um destino final ambientalmente correto.	Exigência de que o licitante comprove a aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e apresente medidas de Logística Reversa para as embalagens.
Resíduos Orgânicos/Sanitários	Descarte de ração vencida ou não consumida pelos animais, exigindo manejo adequado para evitar atração de vetores e contaminação.	Rigor na Validade Mínima (6 meses) do produto no ato da entrega e controle estrito do estoque para minimizar perdas.



Impacto	Descrição e Causa	Ação de Mitigação no TR
Pegada de Carbono	Emissões de CO ² inerentes ao transporte da mercadoria (rações) da fábrica/distribuidora até o CATA (Dois Vizinhos-PR).	Incentivo (critério de desempate) a fornecedores com planos de otimização de rotas e comprovação de frota com manutenção de emissões controladas.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A aquisição de rações de alta qualidade, visa alcançar os seguintes resultados diretos e indiretos para o Município e para o Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA):

Resultados Pretendidos	Medida de Sucesso (Indicador)
Garantia da Continuidade do Serviço Essencial	Zero ocorrência de desabastecimento de ração no CATA (Risco R1 Mitigado).
Melhoria da Saúde Animal	Redução da taxa de morbidade e aumento do bem-estar dos aproximadamente 30 animais abrigados.
Cumprimento da Legislação	Observância integral da Lei Municipal nº 2.132/2017 e das normas de proteção animal, prevenindo responsabilidade social e legal do Município.
Eficiência na Gestão de Estoque	Redução do índice de perda de ração por perecimento ou vencimento (Risco Logístico Mitigado).



Resultados Pretendidos	Medida de Sucesso (Indicador)
Resultado Pretendido	Maior eficiência administrativa, por meio da simplificação logística e do controle de estoque
Economia Financeira	Obtenção do menor preço unitário por item, decorrente da competitividade do Pregão, resultando em economia de recursos públicos.
Otimização de Recursos	Entregas parceladas, permitindo a utilização de recursos em outras necessidades prioritárias, com desembolso somente na emissão da Ordem de Fornecimento.
Previsibilidade Orçamentária	Fixação dos preços máximos por 12 meses, facilitando o planejamento orçamentário anual da Secretaria de Agricultura.

Os resultados pretendidos desta contratação demonstram que a solução para aquisição de rações atende plenamente ao interesse público, por meio de dois pilares: o Social e o Econômico. A contratação garantirá a continuidade do serviço essencial de proteção animal (zero desabastecimento) e a saúde dos animais sob a guarda municipal, ao mesmo tempo em que assegura a máxima economia de recursos públicos pela competitividade e pela otimização do fluxo de caixa e de estoque.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de fornecimento a ser adotado será Aquisição parcelada sob Demanda com as seguintes características:

1. **Ordem de Fornecimento (OF):** As aquisições efetivas serão formalizadas mediante a emissão de Ordens de Fornecimento (OF) pela Secretaria Municipal de Agricultura, indicando a quantidade exata, o item a data desejada para a entrega.



2. **Solicitação dos Fornecimentos:** Serão realizadas de forma periódica, em intervalos aproximados de 03 (três) meses, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Agricultura, observada a necessidade real de consumo e a disponibilidade orçamentária.

3. **Entrega:** O fornecedor será o responsável pelo transporte, seguro e entrega (modalidade Frete CIF) dos produtos diretamente no Centro de Acolhimento e Tratamento Animal (CATA), em Dois Vizinhos-PR.

4. **Prazo de Entrega:** O prazo máximo para a entrega, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, será de 20 (vinte) dias, sob pena de aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

5. **Recebimento dos Produtos:** O recebimento será realizado de forma provisória e definitiva, mediante conferência quantitativa e qualitativa, verificando-se a conformidade com as especificações técnicas, prazos de validade e condições de acondicionamento.

6. **Condições de Substituição:** Em caso de entrega em desacordo com as especificações, o fornecedor deverá proceder à substituição do produto, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Irival Di Domenico
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Juliana Van Kranenburg Demeterko Ditzel



Fiscal Técnico:	Fabiano Pereira Borges
Suplentes:	Jonatan Santin

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

Conforme consta nos modelos de termos de referências os dados a serem informados são esses:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025, atualizado em 16/10/2025
- III) Id do item no PCA: 10470-10471-10472-10473-10474;
- IV) Classe/Grupo: 8710;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-89/2026;

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia
 - ☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
 - ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
 - ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo



() Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Em outras palavras, são produtos ou serviços que possuem características padronizadas e de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A exigência de garantias contratuais na compra de rações é, uma etapa burocrática desnecessária. Diferente de bens duráveis, a ração é um item de consumo rápido. O feedback sobre a aceitação e a qualidade nutricional ocorre nos primeiros dias de uso, tornando obsoletas as garantias de longo prazo.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Conforme a análise pormenorizada deste Estudo Técnico Preliminar, que abordou a necessidade, a solução de mercado, as estimativas, os requisitos e os riscos, conclui-se que a contratação para a Aquisição de Rações para o CATA/Canil Municipal de Dois Vizinhos-PR é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Tal aquisição é necessária, oportuna e adequada, representando a melhor aplicação dos recursos públicos para o fomento da agropecuária municipal.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

- (x) Pregão, (x) Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso
- () Leilão
- () Dialogo Competitivo



Critério de julgamento:

- ☒ (x) menor preço (mais usual)
- ☐ () melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ () técnica e preço
- ☐ () maior retorno econômico
- ☐ () maior desconto
- ☐ () maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ (x) Aberto
- ☐ () Fechado
- ☐ () Aberto e Fechado
- ☐ () Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ () SIM
- ☒ (x) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ (x) Recursos Próprios
- ☐ () Recursos Estaduais
- ☐ () Recursos Federais

Dois Vizinhos, 22 de janeiro de 2026.

Suzane Cordeiro Ferreira
Resp. pela Elaboração do ETP